



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

EMENDA Nº - CCJ
(ao PLP nº 68, de 2024)

Suprima-se o inciso V e acrescente-se o parágrafo único ao art. 410, **suprima-se parte da alínea a** do inciso I do art. 411, bem como **parte do inciso IV** do art. 421, e **suprima-se o parágrafo único do art. 423** do PLP nº 68, de 2024, com a seguinte redação:

“Art. 410.

Parágrafo único. Quando a operação tiver por objeto bem mineral, o imposto será cobrado independentemente da destinação, assim entendida a posterior aplicação do bem, em território nacional, para a comercialização, industrialização ou consumo no processo produtivo do extrator, respeitando-se o artigo 153, § 6º, inciso I da Constituição Federal.

Art. 411.

I -

a) as exportações para o exterior dos bens e serviços de que trata o art. 406; e

.....

Art. 421.

IV - o produtor-extrativista que realiza a extração, na primeira comercialização, no consumo e na transação não onerosa; ou
.....(NR)”

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa vedar a incidência do Imposto Seletivo sobre a exportação de bens minerais.

O PLP 68/2024 prevê que haverá incidência de Imposto Seletivo sobre a exportação de bens minerais extraídos. Ocorre que a Emenda Constitucional nº

Brasília:
Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho –
Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
31)3303-6446

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Esperidião Amin

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8372645363>

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Cent
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

132/2023 prevê, no art. 153, § 6º, inciso I, que o Imposto Seletivo “**não incidirá sobre as exportações** nem sobre as operações com energia elétrica e com telecomunicações”.

Portanto, o texto aprovado não respeita a determinação do texto constitucional, o que pode gerar litigiosidade e insegurança jurídica para os contribuintes. A melhor prática internacional consagra a não exportação de tributos, de modo a evitar a dupla tributação do bem ou serviço (na origem e no destino).

Garantir a não incidência do Imposto Seletivo sobre as exportações de bens minerais é medida essencial para fomentar a competitividade dos produtos nacionais e a geração de empregos no país.

Pelas razões expostas, solicito o apoio dos nobres pares na aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 15 de agosto de 2024.

Senador Esperidião Amin
(PP - SC)

Brasília:
Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho –
Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
31)3303-6446

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Esperidião Amin

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8372645363>

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Cent
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

